



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ICHS/DHIST - Departamento de História
Programa de Educação Tutorial em História (PET-HISTÓRIA)
Tutora: Professora Dra. Margareth de Almeida Gonçalves



CLASSIFICAÇÕES RACIAIS NO SÉCULO XIX: O CASO DA FREGUESIA DE ITACURUÇÁ

Autora: Natally Chris da Rocha Menini¹
Colaboradora: Joyce Cristina Machado Figueiredo²

Palavras-chave: *cor, raça, escravos.*

Resumo

O presente estudo busca compreender o significado social intrínseco nas “categorias de cor” utilizadas para designar as crianças escravas nascidas na Freguesia de Itacuruçá no século XIX. Buscaremos apontar como o uso dessas categorias estava revestido de valores morais presentes nas práticas sociais escravistas do Brasil, onde a “cor” do sujeito não revelava apenas a pigmentação da sua pele, mas, sobretudo, a sua condição social.

Introdução

Entre as atividades em desenvolvimento no projeto “Práticas de História: dos arquivos para a sala de aula” do PET-História da UFRRJ, destaca-se a formação do Laboratório de Acervo. Este está sendo formado através do levantamento e da sistematização de registros paroquiais de batismo, óbito e casamento de freguesias que faziam parte da ampla região da Baixada Iguaçuana.

A partir da sistematização dos registros dessas freguesias, com a formação de bancos de dados informatizados, se torna possível o desenvolvimento de múltiplas linhas de pesquisa voltadas para o conhecimento do passado dessas regiões. No caso do presente estudo, com base na análise das informações contidas no banco de dados de batismo de escravos da Freguesia de Itacuruçá (1828-1872), promoveremos alguns apontamentos das distintas formas de classificação racial dos negros de Itacuruçá no cenário escravista brasileiro do século XIX.

¹ Discente de graduação de licenciatura em História e bolsista do Pet-História da UFRRJ. Orientada pela Professora Doutora Margareth de Almeida Gonçalves, tutora do Pet-História da UFRRJ.

² Discente de graduação de licenciatura em História e bolsista do Pet-História da UFRRJ. Orientada pela Professora Doutora Margareth de Almeida Gonçalves, tutora do Pet-História da UFRRJ.

Desse modo, para além da perspectiva de miscigenação, buscaremos compreender o significado social intrínseco nessas distintas categorias classificatórias.

Materiais e métodos

Para o presente estudo, promovemos a análise crítica dos registros paroquiais contidos no *Livro Batismo de Escravos de Itacurussá (1828-1872)* sistematizados no banco de dados do Laboratório de Acervo do PET-História. Tais registros foram assentados por párocos da Freguesia de Santa Anna de Itacuruçá, divisão administrativa da então Vila de Mangaratiba no século XIX.

A partir de uma análise quantitativa, direcionamos especial atenção às distintas categorias de “cor” recorridas pelos párocos para classificar os escravos. Para uma análise qualitativa, efetuamos o cruzamento das informações obtidas com outras fontes de pesquisa. Desse modo, dialogamos as nossas constatações com estudos historiográficos sobre classificações raciais no Brasil.

Resultados e Discussão

A Freguesia de Santa Anna de Itacuruçá foi criada em 17 de dezembro de 1836 como divisão administrativa integrante da então Vila de Mangaratiba, localizada na região sudoeste da baía de Guanabara. No cenário do oitocentos, Mangaratiba era um dos principais portos escoadores da produção de café do Vale da Paraíba, atendendo a demanda de São João Marcos e adjacências.

Por se localizar em uma zona de passagem entre o interior montanhoso produtor de café e a Corte, a região se constituía como um importante entreposto comercial. Entretanto, a atividade de maior peso na economia da região da Vila de Mangaratiba era a agrícola, com expressiva utilização da força de trabalho cativo. Nossos estudos sobre a Freguesia de Itacuruçá vêm demonstrando que a população escrava no distrito era significativa.

Na busca de compreender o lugar social ocupado pelos negros no cenário escravista da região, procuramos realizar uma problematização dos termos de classificação racial que a eles eram remetidos. Dessa forma, a leitura dos registros paroquiais contribui para o nosso estudo porque os mesmos se tratam de documentos sociais, estando neles presentes as hierarquias e os valores da época analisada.

Assim, para além da concepção dos párocos e do discurso da Igreja, os registros de batismo demonstram uma maneira de identificar as pessoas ali mencionadas e são também registros de (e sobre os) atores sociais de então [GUEDES, 2004, 99]. Uma das maneiras de identificar os escravos batizados foi feita através do que hoje reconhecemos como “cor”. Vale ressaltar que as categorias de cor nas fontes não é apenas a pigmentação da pele, sua aparência, antes revelam uma condição social. Durante o período de 1828 a 1872, foram batizadas 1303 pessoas escravas na Freguesia de Itacuruçá. No que tange as categorias de classificação racial, constatamos que 467 crianças foram classificadas quanto à cor, sendo 293 *crioulo*, 145 *pardo*, 19 *preto*, 4 *cabra*, 3 *mulato* e 3 *crioulo pardo*, como apresenta a tabela abaixo:

Categorias raciais - Registros de batismo de crianças escravas Itacuruçá (1828-1872)		
<i>Cor/ Procedência</i>	<i>Número</i>	<i>Percentual</i>
Crioulo	293	62,5
Pardo	145	31,3
Preto	19	4,2
Cabra	4	0,8
Mulato	3	0,6
Crioulo Pardo	3	0,6
Total	467	100,0

Conclusão

A partir dessas expressões, podemos verificar a construção de um sistema local de classificações raciais cujos termos apontam para o exercício de práticas sociais relativas à sociedade escravista brasileira dos séculos XVIII e XIX [SANTOS, 2005, 117]. Os termos *pardo*, *cabra*, *preto* e *mulato* foram utilizados para designar as crianças escravas nascidas no Brasil, os *crioulos*. Ora, o sentido desses termos dicionarizados naqueles séculos, apontam para significados que remetem aos códigos próprios de uma sociedade hierarquizada. É o que verificamos, por exemplo, com a categoria *pardo* que no dicionário Raphael Bluteau (1728) significa “cor entre branco e preto, própria do pardal; homem pardo, vide mulato” enquanto que *preto* significa “um homem preto, forro ou cativo” e *branco* significa “homem bem nascido e que até na cor é diferente dos escravos, que de ordinários são pretos e mulatos”. Podemos afirmar que essas definições são intrínsecas de um sentido moral que associam a cor do sujeito à sua condição social, construindo assim, estigmas que os distanciam e/ou aproximam da escravidão. Portanto, as classificações raciais circuladas na Freguesia de

Itacuruçá, apontam para as práticas sociais vigentes na sociedade escravista no Brasil, cujas categorias de cor, para além da miscigenação, indicam significados sociais referentes à condição dos sujeitos.

Bibliografia

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

DAMATTA, R. "Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira". In *Relativizando, uma introdução à antropologia social*, Rio de Janeiro, Rocco, 1990. pp. 58-87.

FONSECA, Marcos Vinicius. "Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX". In *R. Educ. Públ. Cuiabá*, v. 18, n. 36.

GUEDES, Roberto. "Notas sobre Fontes Paroquiais de Batismo", In *Cadernos de Estudo e Pesquisas-História*. São Gonçalo /RJ: Universo, 2004. Ano VIII, n 19. pp. 97-123.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX IN *Afro-Ásia*, vol. 32, 2005. pp. 115-137.